

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

**EVASÃO ESCOLAR E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

Goiânia
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): **Juliana Alves Maciel**

Título do trabalho: **Evasão Escolar e os Desafios da Inclusão Digital na Educação de Jovens e Adultos (EJA)**

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) **Concorda com a liberação total do documento** [X] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Paulo Pietrafesa, Professor do Magistério Superior**, em 12/12/2024, às 07:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Alves Maciel, Discente**, em 18/12/2024, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5011430** e o código CRC **12511F59**.

Referência: Processo nº 23070.061481/2024-87

SEI nº 5011430

JULIANA ALVES MACIEL

**EVASÃO ESCOLAR E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito parcial para a obtenção de nota. Sob orientação do professor José Paulo Pietrafesa.

Goiânia
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

MACIEL, Juliana Alves
EVASÃO ESCOLAR E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DIGITAL NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) [manuscrito] / Juliana
Alves MACIEL. - 2024.
XL, 40 f.

Orientador: Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Pedagogia, Goiânia,
2024.

Bibliografia.

Inclui siglas, abreviaturas.

1. Evasão escolar. 2. Inclusão digital. 3. Formação de educadores. 4.
Tecnologias educacionais . 5. Políticas públicas. I. Pietrafesa, José
Paulo, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao(s) 06 dia(s) do mês de dezembro do ano de 2024 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "Evasão Escolar e os Desafios da Inclusão Digital na Educação de Jovens e Adultos (EJA)", de autoria de **Juliana Alves Maciel** do curso de Pedagogia, do(a) Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pelo(a) **Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa, orientador (Faculdade de Educação/UFG)**, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Profa. **Dra. Sandra Valéria Limonta membro 1 (Faculdade de Educação - UFG)**. Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de dez (10), tendo sido o TCC considerado **aprovado**.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Paulo Pietrafesa, Professor do Magistério Superior**, em 12/12/2024, às 07:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Valeria Limonta, Professor do Magistério Superior**, em 12/12/2024, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5011401** e o código CRC **C1FE5A74**.

A todos os professores, mentores e amigos que cruzaram meu caminho, cujas lições, exemplos e companheirismo moldaram minha trajetória acadêmica e pessoal, demonstrando o verdadeiro valor do conhecimento e da amizade.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a Deus, por me dar força, coragem e sabedoria ao longo desta jornada, e a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho. Agradeço especialmente ao meu orientador, Dr. José Paulo Pietrafesa, por sua paciência, apoio e dedicação, que foram imprescindíveis em cada etapa deste processo. Aos meus familiares, em especial ao meu pai, Antônio Marcos, por ser minha base e meu maior incentivo, sempre me motivando a persistir e a não desistir diante dos desafios. Sua confiança e apoio foram fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui.

É com imenso reconhecimento que agradeço à Professora Sandra Limonta, cuja participação foi crucial em minha trajetória acadêmica. Durante os estágios realizados na Educação de Jovens e Adultos, sob sua supervisão, vivemos experiências transformadoras que não apenas enriqueceram minha formação, mas também foram determinantes para a escolha do tema deste trabalho. Sua dedicação e profundo conhecimento na área foram inspirações valiosas ao longo do curso. Tê-la agora como membro da banca avaliadora é uma honra, representando a continuidade de sua contribuição marcante para este percurso.

Também não poderia deixar de mencionar os colegas que compartilharam comigo esta jornada acadêmica. As trocas de ideias, o apoio mútuo e as palavras de encorajamento foram essenciais para superar os desafios que surgiram ao longo do caminho. Cada gesto, por menor que tenha sido, teve um impacto significativo na construção deste trabalho e na minha formação pessoal e profissional.

Reconheço, ainda, a relevância da Universidade Federal de Goiás, em especial da Faculdade de Educação, que proporcionou um ambiente acadêmico acolhedor e os recursos necessários para o desenvolvimento desta pesquisa. Sou grato por fazer parte de uma instituição comprometida com o conhecimento e a formação de excelência.

Por fim, estendo minha gratidão a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para esta conquista. Este trabalho é fruto de uma construção coletiva e representa mais do que um objetivo alcançado, mas também um caminho de aprendizado e transformação.

“Você nunca sabe a força que tem, até que a sua única alternativa é ser forte.”
Johnny Depp

RESUMO

Este trabalho aborda a temática da evasão escolar e os desafios da inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A pesquisa investiga como a inclusão digital, ou a sua ausência, influencia a evasão escolar, identificando desafios e possíveis soluções para promover a permanência e o engajamento dos estudantes. Os objetivos principais são analisar o acesso à tecnologia, a infraestrutura digital e as habilidades digitais de estudantes e professores da EJA, além de destacar a importância das políticas públicas para uma integração eficaz das tecnologias. A metodologia adotada foi a pesquisa exploratória e a pesquisa descritiva, com levantamento bibliográfico como procedimento de coleta de dados, buscando uma compreensão mais profunda do impacto das tecnologias no processo educacional.

Palavras chave: Evasão escolar; inclusão digital; formação de educadores; tecnologias educacionais e políticas públicas.

ABSTRACT

This paper addresses the issue of school dropout and the challenges of digital inclusion in Youth and Adult Education (EJA). The research investigates how digital inclusion, or the lack of it, influences school dropout, identifying challenges and possible solutions to promote student permanence and engagement. The main objectives are to analyze access to technology, digital infrastructure and the digital skills of EJA students and teachers, as well as highlighting the importance of public policies for the effective integration of technologies. The methodology adopted was exploratory and descriptive research, with a bibliographic survey as the data collection procedure, seeking a deeper understanding of the impact of technologies on the educational process.

Keywords: School dropout; digital inclusion; teacher training; educational technologies; public policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EJA - Educação de Jovens e Adultos

GESAC - Serviço de Atendimento ao Cidadão

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP - Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

OMS - Organização Mundial da Saúde

PROINFO - Programa Nacional de Tecnologia Educacional

TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 DESAFIOS DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTO PARA INCLUSÃO DIGITAL.....	19
1.1 Desafios enfrentados por estudantes da Educação de Jovens e Adultos.....	19
CAPÍTULO 2– APRENDIZAGEM ESCOLAR, TECNOLOGIA E INCLUSÃO: OS OBSTÁCULOS A SEREM ENFRENTADOS.....	27
2.1 Acesso, Capacitação e Desenvolvimento dos Estudantes.....	27
CONSIDERAÇÃO FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	38

INTRODUÇÃO

A modalidade educacional voltada à Educação de Jovens e Adultos (EJA) é fundamental para a inclusão social e o desenvolvimento pessoal, oferecendo oportunidades a quem não teve acesso à educação formal na juventude e na vida adulta. Contudo, a evasão escolar é um desafio relevante nesse contexto, prejudicando a continuidade dos estudos e a formação desses indivíduos. Além disso, a inclusão digital tornou-se uma questão central na educação moderna, especialmente em um mundo cada vez mais conectado. A falta de acesso à tecnologia e à internet agrava a evasão escolar, uma vez que muitos conteúdos e recursos educacionais estão disponíveis exclusivamente online, dificultando o aprendizado dos alunos da EJA.

Essa monografia visou explorar esses desafios interligados, realizando levantamentos que oferecem uma base sólida de referências sobre o tema. A pesquisa se concentra em três variáveis principais: a EJA, a inclusão digital e a evasão escolar, buscando entender como esses fatores se influenciam mutuamente e quais estratégias podem ser adotadas para minimizar os impactos negativos na educação de jovens e adultos.

As análises realizadas neste trabalho procuraram trazer reflexões a partir de textos de autores como Haddad et al. (2000), Bonilla e Pretto (2011), Kenski (2003) e de documentos tais como: Censo escolar 2023 e a TIC Domicílios 2023. Também buscou-se compreender a formalização das experiências de educação de jovens e adultos desde 1940 e outros estudos já realizados sobre o assunto, que buscaram identificar as principais causas da evasão escolar relacionada à exclusão digital e paralelamente a isto, apontar as vantagens da inclusão digital para o aprendizado e reduções de taxas do abono escolar entre o público da educação de jovens e adultos.

Para aprimorar o acesso educacional, a modalidade de educação a distância foi introduzida e, com os avanços tecnológicos do início do século XXI, a inclusão digital tornou-se não apenas uma necessidade, mas também uma ferramenta essencial para reduzir a evasão escolar e promover uma educação de qualidade para todos. O presente trabalho propõe reflexões sobre a evasão escolar e, ao aprofundar-se no tema, busca compreender as razões para a adoção das tecnologias digitais, bem como seus impactos na permanência dos estudantes nas instituições de ensino. Durante esse processo, também será abordado a permanente necessidade da

capacitação digital dos educadores, a relevância do acesso equitativo às tecnologias digitais, as estratégias para promover a inclusão digital nas escolas e os impactos positivos que essa inclusão pode gerar no processo educacional.

A motivação para este estudo nasce tanto de razões pedagógicas quanto familiares, destacando-se a necessidade e a curiosidade de aprofundar conhecimentos sobre a temática. Busca-se, assim, alinhar uma perspectiva profissional com o propósito de encontrar respostas e soluções para uma prática pedagógica de qualidade, compreendendo as dificuldades vivenciadas tanto pelos educadores quanto pelos estudantes no processo de ensino-aprendizagem. Além dos aspectos pedagógicos, existe também uma motivação familiar: sou a primeira em minha família a seguir o caminho da formação superior, num contexto em que meus pais não concluíram o ensino fundamental e, embora tenham tentado participar da Educação de Jovens e Adultos (EJA), não encontraram nesse programa uma solução eficaz para suas necessidades educacionais.

Entretanto, como irmã mais velha de uma família com oito filhos, esta pesquisa representa para mim uma oportunidade de contribuir para que a trajetória educacional dos meus irmãos seja mais promissora e menos marcada por dificuldades de acesso e permanência. Ao lançar esse olhar, busco identificar e compreender os fatores que podem ser aprimorados na prática pedagógica, de modo a evitar que experiências de evasão ou desmotivação se repitam. Diante desses apontamentos, surgiram as seguintes questões:

- 1 Quais são os principais desafios enfrentados por estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), quando a inclusão digital passa a ser uma necessidade didática?
- 2 Quais são os desafios encontrados na implementação da inclusão digital com a utilização das tecnologias digitais?
- 3 Quais são os impactos da inclusão digital na aprendizagem, permanência e desenvolvimento dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA)?

Essas são algumas das questões que serão abordadas nesta pesquisa, pois refletem dúvidas que surgiram ao longo do meu percurso acadêmico e dos meus estágios presenciais em uma escola pública voltada para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O objetivo principal da pesquisa, relacionado à primeira questão, foi analisar as causas da evasão escolar entre jovens e adultos, com ênfase na influência da exclusão digital. Para isso, investigaram-se os desafios encontrados na

implementação da inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos (EJA), levando em consideração o acesso à tecnologia, as habilidades digitais e a infraestrutura disponível. Além disso, avaliaram-se os impactos da inclusão digital no processo de aprendizagem, na permanência dos estudantes na escola e no desenvolvimento de competências.

Os tipos de estudos utilizados nesta pesquisa foram exploratório e descritivo. Segundo Moreira e Caleffe (2006), “[...] as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fenômeno”. Muitas vezes, as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla, ou seja, utilizamos esse método quando o tema escolhido é pouco explorado, sendo necessários esclarecimentos e delimitações do assunto. Já a pesquisa descritiva, de acordo com Barros e Aparecida (1990), refere-se à “[...] descrição do objeto por meio da observação, do levantamento de dados ou ainda pela pesquisa bibliográfica e documental.” Nesse sentido, a pesquisa descritiva permitiu proporcionar novas visões sobre a realidade já conhecida e aprofundar os assuntos estudados. Portanto, o estudo exploratório foi escolhido com a intenção de aprofundar os conhecimentos sobre os desafios da inclusão digital, enquanto o estudo descritivo foi adotado, pois a pesquisadora já possuía teorias básicas sobre a Educação de Jovens e Adultos, as quais haviam sido analisadas durante os estágios do curso de pedagogia.

Esse enfoque metodológico se alinha com a abordagem de Chizzotti (2003), que informa que os tipos de pesquisas são caracterizados através dos dados coletados e pelas análises realizadas no decorrer dos estudos, portanto, nesta pesquisa foi utilizado a perspectiva qualitativa, segundo Amado (2015, p. 57-58)

Esta pesquisa tem como objetivo junto dos sujeitos a investigar (amostras não estatísticas, casos individuais e casos múltiplos) a informação e a compreensão (o sentido) de certos comportamentos, emoções, modos de ser, de estar e de pensar, modos de viver e de construir à vida, trata-se de uma compreensão que se deve alcançar tendo em conta os contextos humanos (institucionais, sociais e culturais) em que aqueles fenômenos de atribuição de sentido se verificam e tornam únicos (perspectiva naturalista, ecológica).

Em outras palavras, esse modelo exigiu que a pesquisadora tivesse empatia e sensibilidade para compreender e analisar as experiências vivenciadas, a fim de discutir os dados coletados e os levantamentos bibliográficos da pesquisa. Dessa

forma, foi possível aprofundar os estudos, analisando os motivos da evasão escolar e os desafios enfrentados pela inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos.

Para essa pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico em dissertações, teses e artigos que abordavam a evasão escolar e os desafios da inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Paralelamente a esses meios de pesquisa, foram utilizados os portais de periódicos eletrônicos da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Scientific Electronic Library Online (SciELO). Para complementar os estudos, também foram feitos levantamentos bibliográficos no Google Acadêmico e no Censo Escolar (realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP). Este Instituto fornece informações detalhadas sobre o acesso, permanência e evasão dos alunos nas diversas etapas da educação básica, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esses dados foram fundamentais para compreender o panorama atual da EJA no Brasil e identificar padrões e desafios relativos à inclusão digital nesse contexto.

A elaboração de fichas de leitura foi fundamental para manter a organização e a consistência no trabalho, facilitando o sistema de categorização e as consultas de informações durante a pesquisa bibliográfica. Para Ortiz (2002), a ciência humana implica em lapidar conceitos; portanto, lapidá-los serve para compreender essa arte em sua integralidade. Nesse sentido, as fichas foram instrumentos de relevância essencial para lapidar os conceitos relacionados à inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos (EJA), de modo que, após isso, fosse mais fácil realizar a análise interpretativa e o posicionamento crítico em relação às leituras realizadas.

A elaboração de sínteses foi uma etapa crucial no desenvolvimento da pesquisa. A organização das informações coletadas ao longo do processo precisou ser integrada e, conforme Ortiz (2002), retornando aos conceitos de lapidação, nessa fase foi necessário costurar os conceitos estudados, permitindo que as variedades de conceitos se tornassem uma ideia global. Assim, a síntese consistiu em reunir os pontos importantes, ideias e descobertas da investigação de forma clara e concisa, possibilitando a compreensão do trabalho na totalidade. A costura dos conceitos nesta pesquisa consistiu em reunir e relacionar as informações encontradas sobre a Educação de Jovens e Adultos, paralelamente à evasão escolar e aos desafios da inclusão digital.

O presente trabalho foi estruturado em dois capítulos principais, cada um abordando questões cruciais relacionadas à inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O primeiro capítulo dedicou-se à análise da evasão escolar na EJA, um fenômeno que representa um dos maiores desafios para o sistema educacional brasileiro. Esta parte busca compreender os fatores que contribuem para a desistência dos estudantes, com foco nos obstáculos que surgem quando a inclusão digital se torna uma necessidade didática. A discussão aborda como a falta de acesso e habilidades digitais impactam o processo de aprendizagem e como esses fatores contribuem para a evasão, afetando diretamente a permanência e o desenvolvimento dos alunos.

O segundo capítulo apresentou os desafios encontrados na implementação da inclusão digital na EJA, com ênfase na utilização de tecnologias digitais. Ele examinou as dificuldades que as escolas enfrentam para integrar essas ferramentas no cotidiano escolar, considerando aspectos como infraestrutura, formação de professores e acesso desigual às tecnologias. Além disso, explora os impactos dessa inclusão digital na aprendizagem, na permanência dos estudantes na escola e no desenvolvimento de habilidades essenciais para o mercado de trabalho. Este capítulo busca fornecer uma visão detalhada dos obstáculos a serem superados para que a inclusão digital na EJA seja eficaz e contribua para a melhoria do desempenho e da permanência dos alunos no sistema educacional.

Esse estudo monográfico aborda a relação entre a evasão escolar, a inclusão digital e a formação de educadores no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O trabalho explora como a exclusão digital contribui para a evasão e quais são os desafios enfrentados na implementação de tecnologias educacionais nesse campo. Além disso, destaca a importância das políticas públicas voltadas à inclusão digital e à formação contínua de professores para o uso efetivo dessas tecnologias no processo pedagógico. As palavras-chave que norteiam este estudo são "evasão escolar", "inclusão digital", "formação de educadores", "tecnologias educacionais" e "políticas públicas", refletindo os principais temas e objetivos da pesquisa.

CAPÍTULO 1 DESAFIOS DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTO PARA INCLUSÃO DIGITAL

Este capítulo tem como foco os principais desafios enfrentados pelos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente no contexto atual, em que a inclusão digital se tornou uma necessidade crescente no ambiente educacional. Considerando o histórico de exclusão que caracteriza muitos desses estudantes, a análise busca compreender como a falta de acesso e de habilidades digitais impacta diretamente a permanência e o sucesso escolar dos alunos da EJA.

O objetivo deste capítulo é identificar as causas da evasão escolar na EJA, dando ênfase ao papel da exclusão digital nesse cenário. A análise se apoia na diversidade de experiências dos alunos da EJA, considerando como suas trajetórias de vida e condições socioeconômicas influenciam o acesso às novas tecnologias e a capacidade de utilizá-las de forma crítica e significativa. O capítulo destaca, assim, a importância de políticas públicas e práticas pedagógicas que promovam a inclusão digital, buscando garantir que todos os alunos possam participar plenamente do processo educativo, o que, por sua vez, favorece sua permanência e sucesso na escola.

1.1 Desafios enfrentados por estudantes da Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), enquanto parte integrante do sistema educacional brasileiro, reflete uma demanda por inclusão e acesso à educação. Segundo dados do Censo Escolar de 2023, a população total matriculada em instituições de ensino no Brasil soma 47.304.632 pessoas, das quais 43.246.106 frequentam o ensino regular, e 2.589.815 estão matriculadas na EJA. Entre esses estudantes da EJA, 1.343.126 são mulheres e 1.246.689 são homens. Esses números refletem não apenas a necessidade de ampliar o acesso à educação para jovens e adultos, mas também destacam a importância de políticas públicas inclusivas que garantam o direito à educação ao longo da vida (Brasil, 2023).

O compromisso com a educação de jovens e adultos, no entanto, não surgiu de imediato. Segundo Haddad et al. (2000), a Constituição de 1934 estabeleceu a responsabilidade da União em promover a educação pública gratuita, incluindo o

ensino primário integral, gratuito e obrigatório, com o objetivo de estender esse direito também aos adultos. Essa foi a primeira vez que a educação de jovens e adultos recebeu um reconhecimento específico, sinalizando a importância da educação como um direito de todos e um passo inicial para a futura consolidação de políticas voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Essa transformação se consolidou mais nitidamente nos anos 1940, quando a educação de adultos começou a figurar nas agendas governamentais como uma prioridade, sendo o primeiro momento em que a EJA foi formalmente reconhecida e tratada de forma específica pelo governo, estabelecendo as bases para futuras políticas de inclusão. Esse avanço foi essencial para o reconhecimento das necessidades educativas da população adulta e destacou a importância da educação inclusiva no desenvolvimento de políticas educacionais, marcando um passo importante na promoção da cidadania e do acesso igualitário à educação no Brasil.

Desde esse período inicial de 1934 até a atualidade em 2024, a educação tem enfrentado diversos desafios como as campanhas de alfabetização da década de 1950, incluindo o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), e a institucionalização do Ensino Supletivo pela Lei 5.692 de 1971, conforme indica Haddad et al. (2000), sendo essas algumas iniciativas significativas para a educação brasileira, na modalidade de educação para jovens e adultos.

Além disso, o ponto culminante do movimento de reconhecimento do direito de todos à escolarização e da correspondente responsabilização do setor público pela oferta gratuita de ensino a jovens e adultos ocorreu com a aprovação da Constituição de 1988, como expressa Haddad et al. (2000). Neste contexto, esse movimento refletiu uma redefinição das responsabilidades do Estado e da sociedade na provisão de serviços de educação para jovens e adultos, indicando uma necessidade urgente de reavaliar e fortalecer o compromisso com a inclusão educacional.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenhou um papel crucial na mitigação da evasão escolar, buscando oferecer oportunidades de aprendizado para aqueles que abandonaram a formação na idade adequada. Vale ressaltar que os alunos da EJA, conforme o texto de Borges (2010, p. 1)

São sujeitos que foram excluídos da sociedade letrada impedindo-os de participar ativamente nas questões políticas, culturais e sociais desta sociedade moderna. Pessoas que migraram de cidades pequenas ou do interior para as grandes metrópoles na expectativa de uma melhoria

de vida. Mas ao adentrarem nessa nova realidade, percebem que o mercado de trabalho impõe que para desempenharem determinadas funções é preciso ter uma qualificação profissional.

Assim, a análise e compreensão dos principais desafios enfrentados por esses estudantes se tornam essenciais, destacando a importância de aprofundar os estudos sobre as razões que levam a essa situação. A conexão entre o reconhecimento da EJA como uma política educacional e a identificação dos obstáculos enfrentados por seus alunos evidencia a necessidade de estratégias mais eficazes e inclusivas no campo educacional, conforme Costa; Álvares e Barreto (s/d, p. 8).

Nas cidades, as escolas para jovens e adultos recebem alunos e alunas com traços de vida, origens, idades, vivências profissionais, históricos escolares, ritmos de aprendizagem e estruturas de pensamento completamente variados. A cada realidade corresponde um tipo de aluno e não poderia ser de outra forma, são pessoas que vivem no mundo adulto do trabalho, com responsabilidades sociais e familiares, com valores éticos e morais formados a partir da experiência, do ambiente e da realidade cultural em que estão inseridos.

A partir do trecho dos autores, valorizar a diversidade dos alunos em escolas para jovens e adultos é fundamental para entender as dinâmicas de ensino e aprendizagem nesses contextos. Cada aluno traz experiências e contextos únicos, que não apenas influenciam seu aprendizado, mas também afetam a interação com colegas e professores. Essa realidade demanda abordagens pedagógicas flexíveis e inclusivas, que levem em conta as particularidades de cada indivíduo. É essencial que os educadores reconheçam essas diferenças.

Conforme visto pelos autores citados, apesar dos desafios significativos que caracterizam a Educação de Jovens e Adultos, como a falta de políticas públicas efetivas e a inadequação das metodologias de ensino, existe uma esperança renovada por meio de iniciativas que buscam transformar esse cenário. Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a alfabetização faz parte da contribuição da liberdade de expressão do homem em seu pleno desenvolvimento, indo muito além de apenas aprender a ler e a escrever, mas também de se comunicar na sociedade. Paulo Freire (1989, p.19), em seu trabalho sobre alfabetização crítica, argumenta que:

Se antes a alfabetização de adultos era tratada e realizada de forma autoritária centrada na compreensão mágica das palavras doadas pelo educador aos analfabetos, se antes os textos geralmente oferecidos como leitura aos alunos escondiam muito mais do que

revelavam a realidade, agora pelo contrário, a alfabetização como ato de conhecimento, como ato criador e como ato político e um espaço de leitura do mundo e da palavra.

A partir dessa citação de Freire (1989) é possível observar que a alfabetização anterior era marcada por uma abordagem autoritária, não estimulava o pensamento crítico e profundo, esse método se restringe a repetições mecânicas de textos, sem promover uma compreensão mais ampla. Em contrapartida, o autor propõe uma nova abordagem, na qual a alfabetização se transforma em um processo de construção do conhecimento, essa nova perspectiva valoriza o espaço da leitura, o incentivo aos alunos e o questionamento da realidade promovendo um aprendizado mais relevante.

Esses apontamentos sobre a educação, cujo currículo refletia frequentemente a dominação e os interesses de determinados grupos sociais, destacam a necessidade de uma nova prática educativa que considere o princípio fundamental da humanização. Isso implica que a assimilação do conhecimento ocorre na atividade viva dos sujeitos, que, por meio do trabalho, criam as condições necessárias para garantir sua própria existência (Freire, 1987).

Essa perspectiva se torna ainda mais relevante quando consideramos a adoção do ensino híbrido na Educação de Jovens e Adultos (EJA), segundo Neto et al. (2023) a adoção do ensino híbrido na (EJA) tem se intensificado nos últimos tempos, especialmente porque essa modalidade de educação básica atende a uma população diversificada, cujo qual essas perspectivas não são novas, como informa Neto et al., (2023, p. 37)

Em meados de 70 e 80, surgiram as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) junto com a revolução informacional, e foram ganhando espaço nos anos 90 com a propagação da Internet. As TICs são um conjunto de recursos tecnológicos que fornecem comunicação em diversos campos sociais e educacionais, e evoluiu muito no mundo moderno, inovando, facilitando a vida das pessoas e viabilizando a comunicação.

Nesse contexto, conforme Pretto e Silveira (2008) formulamos a ideia de que a incorporação das tecnologias no campo educacional não pode se restringir a serem ferramentas adicionais ou complementares, elas devem ser integradas para transformar e enriquecer os processos de ensinar e aprender. Apenas assim será possível promover uma educação verdadeiramente humanizadora, que reconheça e

valorize a atividade dos sujeitos como parte essencial da construção do conhecimento e da formação crítica.

Para que essa transformação se concretize, o Brasil precisa encontrar maneiras eficazes de integrar novas abordagens educacionais que ajudem a superar desafios antigos, garantindo que todas as camadas da população tenham acesso à educação básica e a oportunidades de aprendizado contínuo. Conforme Haddad et al. (2000, p. 128)

O Brasil que ingressa no século XXI está integrado cultural, tecnológica e economicamente a essas sociedades pós-industriais, e comporta dentro de si realidades tão desiguais que fazem com que as possibilidades e os desafios da educação permanente também estejam colocados para extensas parcelas de nossa população. O desafio maior, entretanto, será encontrar os caminhos para fazer convergir as metodologias e práticas da educação continuada em favor da superação de problemas do século XIX, como a universalização da alfabetização.

A integração de tecnologias e metodologias inovadoras, portanto, não é apenas uma questão de modernização, mas uma necessidade para enfrentar as desigualdades educacionais e promover uma inclusão que beneficie a todos. Assim, a busca por uma educação que combine inovação e equidade se torna um imperativo para o desenvolvimento social e cultural do país, isso significa que, enquanto algumas partes da população têm acesso a tecnologias avançadas e práticas educativas inovadoras, outras permanecem em situações de vulnerabilidade, enfrentando dificuldades históricas.

Nesta perspectiva, segundo Bonilla e Pretto (2011) a compreensão e a discussão sobre o termo "inclusão digital" são fundamentais no contexto atual, uma vez que se tornaram centrais nas políticas públicas e nas ações de diversas instituições, como ONGs, universidades, empresas e escolas. Os diferentes significados atribuídos ao termo pelos vários atores sociais, assim como as implicações socioculturais e políticas resultantes dessas ações e interações, tornam essencial entender os sentidos que se constroem em torno da inclusão digital.

Vale ressaltar que esta pesquisa vai além de relacionar a inclusão digital apenas ao ambiente educacional, considerando Silva (2024), a inclusão digital humanizada é mais do que o acesso à tecnologia, envolve a capacidade do indivíduo de utilizar as ferramentas digitais para desenvolver habilidades essenciais para a vida em sociedade. Portanto, considerando as ideias de Silva (2024, p.15) "O letramento

digital vai além da mera habilidade técnica de operar dispositivos e softwares, englobando a capacidade de compreender, analisar e produzir informações de maneira significativa e ética.”

A partir dessas considerações, compreende-se que o letramento digital transcende o mero uso de programas e dispositivos eletrônicos, estar adequadamente letrado digitalmente é essencial para que dispositivos como smartphones, tablets, laptops e computadores sejam realmente úteis e para isso acontecer é essencial levar em conta as implicações culturais, sociais e políticas do ambiente digital, promovendo, assim, um desenvolvimento crítico e participativo em um mundo que se digitaliza cada vez mais.

Conforme Bonilla e Pretto (2011) estamos vivendo um período de transformações na sociedade em diversas áreas, impulsionadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) nas dimensões de tempo e espaço. As interações culturais se multiplicam, a diversidade social se acelera, novas formas e maneiras de trabalho emergem e o volume de informações aumenta significativamente. Isso abre oportunidades para diferentes formas de comunicação e linguagens, potencializando os processos de aprendizagem e a produção de conhecimento. Na educação de jovens e adultos é importante ressaltar essas transições, para Salgado e Barbosa (2008, p. 119)

A transformação do mundo do trabalho é uma questão que apresenta aspectos múltiplos, de importância enorme para a educação de adultos. A globalização e as novas tecnologias têm um impacto considerável, e sempre crescente, sobre todas as dimensões da vida individual e coletiva das mulheres e homens. O direito ao trabalho, o acesso ao emprego e a responsabilidade de contribuir, em todas as idades da vida, para o desenvolvimento e bem-estar da sociedade são exigências que a educação de adultos deve procurar satisfazer.

Embora cada região do nosso país tenha suas particularidades, um aspecto comum nas salas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) é que a maioria dos alunos são trabalhadores que chegam às aulas após um dia intenso de trabalho. Além disso, essas salas também apresentam uma quantidade significativa de desempregados e de trabalhadores temporários ou informais (Costa; Álvares e Barreto, s.d., p. 8).

Como tudo na vida é possível observar desafios e benefícios quando estamos analisando algo, com a inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos (EJA) não é diferente. Para que de fato a inclusão aconteça, diversos fatores devem ser

melhorados, segundo dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 30% da população adulta ainda não tem acesso à internet, o que limita a inclusão digital na EJA, por outro lado, estamos cientes que estamos vivendo a chamada sociedade em rede (Castells, 1999), estejamos ou não conectados a computadores e à internet, tendo em vista a interdependência entre várias áreas e setores sociais e econômicos.

Durante o processo o papel do professor na inclusão digital é fundamental para garantir que todos os alunos da EJA tenham acesso equitativo às tecnologias e saibam utilizá-las de maneira crítica e produtiva, para Teruya (2006, p.81)

Essa nova realidade obriga os professores a se adaptarem ao novo paradigma de conhecimento demandado pelas alterações no mundo do trabalho. Neste contexto o professor deve se apropriar das diferentes linguagens existentes no mundo da mídia, não apenas decifrar os códigos, mas também estar munido de uma interpretação crítica dos conteúdos que circulam nos diversos meios de comunicação.

No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), é fundamental que o professor adote uma abordagem que respeite e integre as experiências dos alunos. A diversidade de vivências e saberes acumulados ao longo da vida deve ser reconhecida como um patrimônio valioso no processo educativo. Ao utilizar recursos educacionais que se conectam com a realidade dos estudantes, o educador não apenas facilita a aprendizagem, mas também cria um ambiente de ensino mais inclusivo e motivador. Essa estratégia é crucial para engajar os alunos e minimizar a evasão escolar, pois ao se sentirem valorizados e compreendidos, eles tendem a se comprometer mais com o processo de aprendizagem, conforme Silva, Queiroz e Monteiro (2015, p. 2)

Dentro desse contexto, o educador da EJA deve propor um ensino que almeje resgatar a cidadania do indivíduo, bem como sua autoestima e também o interesse de participar da sociedade, a partir da promoção de situações que desenvolvam o pensamento crítico e reflexivo, sem deixar de considerar os conhecimentos e habilidades de que esses sujeitos dispõem adquiridos de modo informal, em suas experiências acumuladas, cotidianamente, na comunidade onde vivem e nos espaços de trabalho.

Portanto, para que essa se tenha uma abordagem efetiva, é interessante que o currículo da EJA possa ser desenvolvido pelos docentes de forma colaborativa, levando em consideração as demandas do currículo obrigatório e os interesses dos

estudantes. A inclusão de temas relevantes que dialoguem com a realidade social e cultural dos discentes é essencial para promover um aprendizado significativo. Paralelamente a isto, o incentivo do docente na participação dos alunos em atividades que estimulem a troca de experiências e a reflexão crítica sobre questões sociais e políticas é fundamental.

A relação professor-estudante é essencial para o processo de conscientização, libertação e conhecimento (Cardoso e Passos, 2016). A construção de um vínculo de confiança e respeito entre educador e discente permite um espaço seguro para a troca de ideias e a expressão de opiniões. Quando os discentes se sentem ouvidos e valorizados, estão mais propensos a se engajar ativamente no aprendizado, explorando e questionando conceitos de forma crítica. Nesse contexto, o professor atua não apenas como transmissor de conhecimento, mas também como mediador e facilitador da aprendizagem (Jarduli, 2024) guiando os alunos na descoberta e na reflexão sobre suas próprias experiências e realidades.

Durante o processo da educação de jovens e adultos, a inclusão digital também desempenha um papel importante, uma vez que o acesso às tecnologias e à informação amplia as oportunidades de aprendizado e participação na sociedade. Ao proporcionar ferramentas digitais e ensinar seus alunos a utilizá-las, o professor não apenas fortalece a autoestima dos educandos, mas também os capacita a exercer sua cidadania de maneira consciente e proativa.

CAPÍTULO 2 APRENDIZAGEM ESCOLAR, TECNOLOGIA E INCLUSÃO: OS OBSTÁCULOS A SEREM ENFRENTADOS

O capítulo dois abordou os principais desafios enfrentados na implementação da inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com foco nas questões de acesso, habilidades tecnológicas e infraestrutura. São destacados os obstáculos relacionados ao limitado acesso à internet e aos equipamentos adequados nas escolas, bem como a falta de capacitação de professores e estudantes para o uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem.

O capítulo também refletiu sobre os impactos da inclusão digital na aprendizagem e permanência dos estudantes da EJA, destacando como a capacitação tecnológica pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades essenciais para o mercado de trabalho e a vida cotidiana. Além disso, a análise enfatiza a necessidade de políticas públicas focadas na melhoria da conectividade, infraestrutura e formação dos educadores, a fim de garantir que todos os alunos da EJA, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica, tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento digital.

2.1 Acesso, Capacitação e Desenvolvimento dos Estudantes

Além do aspecto relacional entre professor e estudantes, a infraestrutura das escolas desempenha um papel crucial no processo de ensino-aprendizagem. Um ambiente físico adequado, que inclui salas de aula bem equipadas, bibliotecas, laboratórios e espaços de convivência, é importante para criar condições propícias ao aprendizado, portanto, a infraestrutura não se limita apenas aos recursos materiais, mas também envolve a acessibilidade, a segurança e a manutenção dos espaços escolares.

Essa realidade positiva não é observada em todas as escolas do Brasil. Muitas instituições enfrentam sérias deficiências em sua infraestrutura, o que compromete o processo educativo. Conforme o Censo Escolar de 2023, apenas 89,6% das escolas de EJA no Brasil têm acesso à internet, 49,6% das escolas têm acesso à internet para os discentes e apenas 59,6% é o percentual de escolas com internet que oferecem conexão para o ensino e aprendizagem dos estudantes. Esses dados evidenciam a

desigualdade no acesso a recursos tecnológicos, que se configura como um dos principais obstáculos para a efetivação da inclusão digital. (Brasil, 2023).

Embora 84% da população com 10 anos ou mais tenha acesso à internet, conforme mostra a pesquisa TIC Domicílios 2023, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, a falta de familiaridade e de formação específica para os estudantes da EJA os limita a aproveitar plenamente os recursos tecnológicos disponíveis, e isso acaba influenciando em como esses indivíduos vão se conectar com o mundo ao seu redor, essa disparidade evidencia que, enquanto as ferramentas se tornam mais acessíveis, é fundamental garantir que todos tenham o suporte e a capacitação necessários para utilizá-las, promovendo a inclusão digital efetiva e oportunidades iguais no aprendizado.

Esse cenário nos lembra que, como afirma Kenski (2003, p. 16), "[...] as tecnologias invadem as nossas vidas, ampliam a nossa memória, garantem novas possibilidades de bem-estar e fragilizam as capacidades naturais do ser humano." Hoje, somos muito diferentes que nossos antepassados e nos acostumamos a confortos como água encanada, luz elétrica, celulares e computadores que antes eram inimagináveis, portanto, ao uso de um conjunto de tecnologias que não existiam. No entanto, para que todos possam se beneficiar dessas inovações, é crucial que essas limitações ao acesso e ao uso das tecnologias sejam superadas, especialmente para grupos como os alunos da EJA e os idosos, que frequentemente enfrentam desafios adicionais.

Ao refletir sobre as palavras de Kenski (2003) é imprescindível que continuemos a trabalhar para garantir que as inovações tecnológicas não se tornem uma barreira, mas sim uma ponte para o conhecimento e a inclusão social, permitindo que todos, independentemente da idade ou do contexto socioeconômico, possam usufruir dos benefícios que essas tecnologias trazem para o desenvolvimento pessoal e profissional. Conforme os dados do Censo Escolar de 2023, o total de docentes na EJA no Brasil é 215.819 e dentre essas pessoas apenas 92.994 têm a formação continuada (Brasil, 2023).

A avaliação das condições das escolas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil deve considerar, além da infraestrutura física, outros aspectos importantes como os desafios de formação contínua dos professores. Embora os números do Censo Escolar de 2023 indiquem que a EJA atende a mais de 2,5 milhões de estudantes, a carência de formação especializada para docentes impacta

diretamente na qualidade do ensino oferecido. A escassez de profissionais capacitados para integrar as novas tecnologias educacionais, somada à desigualdade de recursos nas escolas, agrava a dificuldade de alcançar uma educação inclusiva e equitativa, conforme discutido no primeiro capítulo, que ressalta a importância de políticas públicas eficazes e do reconhecimento da diversidade nos processos de ensino.

A falta de formação continuada para professores da EJA é um desafio significativo, especialmente em um cenário em que a tecnologia desempenha um papel cada vez mais central na educação. Como destaca Kenski (2003), a inclusão digital deve ser uma ponte, e não uma barreira. No entanto, se os docentes não têm acesso à formação adequada, essa ponte se torna estreita e pouco acessível.

Essa situação é preocupante, pois a formação continuada é essencial para que os educadores se mantenham atualizados sobre novas metodologias, ferramentas tecnológicas e práticas pedagógicas que possam ser aplicadas em sala de aula, para Libâneo (2004), formação inicial e formação continuada se complementam

O termo formação continuada vem acompanhada de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial visando ao aperfeiçoamento profissional, teórico e prático no próprio contexto de trabalho e ao desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional (p.110).

Quando refletimos sobre a formação inicial de professores, geralmente nos referimos a cursos de formação em nível médio ou superior. No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), essa formação é fundamental para preparar educadores a lidarem com as particularidades desse público. Por outro lado, a formação continuada abrange processos formativos que frequentemente ocorrem fora do ambiente acadêmico, fundamental para que os docentes consigam acompanhar as mudanças rápidas nas demandas tecnológicas.

Em um cenário de crescente diversidade nas salas de aula da EJA, onde os estudantes possuem histórias, idades e conhecimentos prévios variados, é essencial que os professores estejam aptos a adaptar suas práticas para atender a essas necessidades. Segundo Freire (1996), a educação deve ser vista como um processo contínuo de crescimento e transformação, tanto para os estudantes quanto para os

educadores, embora tenha sido escrita décadas atrás, a ideia de educação como um processo contínuo de crescimento e transformação permanece relevante e até mais urgente na atualidade.

Na prática, isso significa que educadores enfrentam a exigência de atualizar-se constantemente para lidar com novas tecnologias e metodologias, mas ainda muitas vezes sem o apoio estrutural necessário para isso. O contexto social e econômico atual, marcado pela transformação digital e pela diversidade nas salas de aula, acentua a necessidade de que os processos formativos sejam contínuos e acessíveis. Por exemplo, professores que atuam na EJA lidam com alunos de diferentes faixas etárias e realidades, que exigem abordagens flexíveis e atualizadas. No entanto, assim como nos tempos de Freire, o acesso a programas de formação continuada de qualidade é muitas vezes limitado por questões de financiamento, políticas públicas inconsistentes e falta de infraestrutura.

Como exemplo de extrema necessidade dos docentes se qualificarem do ponto de vista de uso das novas tecnologias, pode-se ter como parâmetro as exigências surgidas com a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a doença causada por este vírus como uma pandemia devido à sua disseminação global. A Covid-19 se espalhou rapidamente, provocando transformações em diversos setores da sociedade. O elevado número de mortes e de casos de infecção destacou a gravidade da crise sanitária, levando governos de vários países, incluindo o Brasil, a implementarem medidas de isolamento social, como distanciamento e quarentena. Observando esse contexto, o Ministério da Educação publicou a Portaria n.º 343/2020, que regulamentou a substituição das aulas presenciais pelo ensino remoto durante a pandemia de Covid-19. Esse documento estabelece, em seu Artigo 1º:

Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2020, p.01).

A substituição das atividades presenciais por modalidades remotas representou uma medida temporária que visou assegurar a continuidade do processo educacional em situações excepcionais, como em períodos de crise sanitária. Essa

autorização, fundamentada na legislação vigente, permite que as instituições federais de ensino superior adaptem suas práticas pedagógicas sem comprometer a qualidade educacional. Assim, o uso de tecnologias de informação e comunicação torna-se uma alternativa viável para manter o engajamento dos estudantes e preservar o calendário acadêmico, garantindo que o ensino não seja interrompido, mas sim adaptado aos novos contextos e desafios impostos pela realidade emergente.

No entanto, o contexto observado na realidade foi um desafio do que era esperado, durante a pandemia de COVID-19 foi possível observar desigualdades profundas no acesso às tecnologias digitais, especialmente no contexto escolar, intensificando desafios já existentes. A EJA, que atende um público diverso e muitas vezes em situação de vulnerabilidade, foi duramente impactada pela falta de inclusão digital, evidenciando a precariedade de recursos tecnológicos disponíveis aos alunos e professores, Izquierdo e Paulo (2023, p. 3) explicam que:

Durante a expansão da pandemia, a inclusão digital nas escolas tornou-se uma demanda de atenção imediata. No Brasil, em certa medida, a convivência com nossos alunos já sinalizava a deficiência das políticas de inclusão digital, visto que, muitos deles careciam de correio eletrônico ou manifestavam não ter nenhuma familiaridade com as novas tecnologias da informação. A principal causa desse fato, segundo os estudantes, é a carência de possibilidades de acesso ao mundo digital. A exclusão digital, que já intuímos existir, ficou explícita no contexto da pandemia.

Esse contexto expõe uma realidade em que a falta de acesso digital transcende o ambiente escolar, afetando diretamente a inclusão social e as oportunidades de desenvolvimento dos estudantes. Com a pandemia, a necessidade de dispositivos, internet e capacitação digital se tornou urgente para manter a continuidade do ensino. No entanto, a ausência dessas ferramentas revelou um problema estrutural: muitos alunos da rede pública, especialmente os de regiões mais vulneráveis, não possuíam meios de participar das atividades remotas.

Após o período crítico da pandemia de COVID-19, observaram-se mudanças significativas em diversos setores, especialmente na educação. O uso da tecnologia, por exemplo, foi impulsionado durante esse período e, desde então, sua adoção continua crescendo. Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), essa tendência ressalta a importância de integrar recursos tecnológicos de forma efetiva para facilitar o aprendizado e promover a inclusão digital.

Entretanto, para muitos alunos da EJA, o domínio da tecnologia ainda é limitado, evidenciando a necessidade de apoio e treinamento. Esse suporte é fundamental para que os estudantes desenvolvam habilidades digitais e possam aproveitar os benefícios educacionais que as ferramentas tecnológicas oferecem. A inclusão da tecnologia na EJA não só amplia o acesso ao conhecimento, mas também ajuda a preparar os alunos para um mercado de trabalho cada vez mais digitalizado, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e educacionais.

No Brasil temos como os principais programas públicos de inclusão digital iniciativas como o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), que busca integrar tecnologia ao ensino público; o Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), com cerca de 11.000 pontos de presença em comunidades vulneráveis para fornecer conectividade gratuita; o Programa Cidades Digitais, que moderniza a gestão municipal e amplia o acesso à internet em espaços públicos, o Computadores para Inclusão que promove o condicionamento de equipamentos eletrônicos e oferece cursos para jovens em situação de vulnerabilidade e o Programa Wi-Fi Brasil (Gesac) cujo objetivo é atender comunidades em situação de vulnerabilidade social em todo o país, especialmente aquelas sem acesso a outras formas de inserção no universo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), conforme informações do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos em inclusão digital.

Embora os programas mencionados sejam amplos em sua abordagem de inclusão digital, as escolas que trabalham com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) podem se beneficiar indiretamente deles. Programas como o ProInfo e o Computadores para Inclusão oferecem recursos e treinamentos que podem ser utilizados por escolas que atendem a EJA, mas não são direcionados exclusivamente a esse público. Já o Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) e o Programa Wi-Fi Brasil focam na conectividade em comunidades vulneráveis, o que pode incluir, mas não necessariamente prioriza, a EJA. Portanto, seria importante destacar a necessidade de políticas públicas que contemplem diretamente a EJA para garantir que a inclusão digital chegue a todos os segmentos educacionais, especialmente aos que mais precisam.

Conforme Santiago, Rosa e Santiago (2024, 6)

Educadores da EJA também enfrentam desafios relacionados à falta de habilidades digitais entre os alunos. Muitos adultos podem se sentir

desconfortáveis ou intimidados pelo uso da tecnologia, e podem precisar de apoio adicional para desenvolver as habilidades necessárias para utilizar eficazmente os recursos educacionais online. Os educadores precisam oferecer orientação e suporte personalizado para ajudar esses alunos a superar essas barreiras e se tornarem usuários confiantes e competentes da tecnologia.

A observação realizada por Santiago, Rosa e Santiago (2024) reforça a importância que as políticas educacionais contemplem estratégias de capacitação que vão além da simples disponibilização de recursos tecnológicos. A formação continuada dos educadores deve incluir metodologias específicas para lidar com as necessidades dos alunos da EJA, que frequentemente trazem uma bagagem diversa de experiências e níveis de alfabetização digital. Para que a inclusão digital seja realmente efetiva, os professores precisam estar preparados para atuar como facilitadores, adaptando suas abordagens de ensino e criando um ambiente de aprendizagem acolhedor e motivador. Isso reforça a importância de programas de treinamento focados não só em habilidades técnicas, mas também em práticas pedagógicas que promovam a autonomia e a confiança dos alunos na utilização de novas ferramentas digitais.

Tais limitações se tornam ainda mais evidentes quando analisamos as disparidades e os desafios entre as regiões urbanas e rurais. Conforme o Censo Escolar de 2023, 40,2% das escolas estão situadas em áreas rurais, enquanto 59,8% estão em áreas urbanas. Essa divisão realça as dificuldades na implementação e manutenção de programas tecnológicos, uma vez que as escolas rurais frequentemente enfrentam desafios adicionais, como infraestrutura precária, conectividade limitada e falta de recursos técnicos e humanos adequados. As políticas públicas, embora abrangentes, muitas vezes falham em abordar essas disparidades de forma eficaz, deixando as escolas rurais em desvantagem em relação à inclusão digital e ao acesso equitativo a recursos tecnológicos.

O futuro da inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos (EJA) depende de projetos e iniciativas que busquem reduzir as desigualdades tecnológicas e oferecer aos alunos acesso amplo a ferramentas digitais, independente de onde a escola está localizada, para os autores Santos et al. (2024, p.10)

Na era da informação, onde as tecnologias despontam como instrumentos fundamentais no processo de ensino e aprendizagem, exige-se que as escolas se reinventem e integrem essas ferramentas em seus planejamentos escolares. A inclusão verdadeira só ocorre

quando se exploram exaustivamente as possibilidades e se estuda a realidade concreta, permitindo a execução de uma prática educativa revolucionária e profundamente impactante.

Essa conexão evidencia que, além da vontade de transformar o ambiente educacional, é preciso o suporte adequado para que essa transformação alcance todas as camadas da sociedade, reforçando o compromisso com uma educação mais equitativa e inclusiva. Para enfrentar esse desafio, é essencial o desenvolvimento de políticas públicas que garantam o acesso universal a dispositivos e à internet de qualidade. Essas políticas devem considerar tanto o contexto urbano quanto o rural, priorizando investimentos em infraestrutura, capacitação docente e suporte técnico. Somente com uma abordagem abrangente será possível assegurar que todos os estudantes da EJA, independentemente de sua localização ou condição socioeconômica, tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento digital.

A garantia de acesso universal a dispositivos e internet de qualidade é um ponto de partida fundamental e necessário para que as demandas sejam positivas, mas precisa vir acompanhada de estratégias pedagógicas inclusivas que respeitem o ritmo e a realidade de cada aluno. Por isso, a capacitação de docentes para lidar com as diferentes realidades educacionais presentes tanto no contexto urbano quanto no rural é essencial. Esse ambiente permitirá que todos os estudantes, independentemente de sua localização, idade ou nível de alfabetização, tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento digital, construindo uma base sólida para a autonomia e a participação ativa na sociedade.

A transformação digital impacta todos os aspectos da vida, desde as relações de trabalho até o acesso à informação e à cidadania, e em especial dos sujeitos da EJA. Esse avanço tem levado à criação de novas expressões e conceitos para descrever a importância do conhecimento digital, bem como os desafios enfrentados por aqueles que não possuem essas habilidades, conforme os autores Bonilla e Pretto (2011, p. 165)

Ao longo dos últimos anos da década passada, criou-se a expressão analfabeto digital para designar os que não possuem qualquer familiaridade com o mundo da informática. Tal designação expressa a importância que cada vez mais é atribuída ao computador e as suas múltiplas formas de uso, a ponto de se estabelecer uma analogia com a incapacidade de ler e escrever, carência essa que nem de longe pode ser tolerada por qualquer país com pretensão de ser chamado desenvolvido. Também já se vem tornando coro que a exclusão digital

é óbice para que se alcance a cidadania plena. De fato, o distanciamento ou não envolvimento nessa área cada vez mais coloca o indivíduo à margem dos benefícios que a tecnologia contemporânea vem proporcionando, no mundo do trabalho, dos negócios ou atividades de lazer.

A partir dessa perspectiva, podemos entender que o analfabetismo digital (em algumas circunstâncias comum no sujeito da EJA) não é apenas uma questão de habilidade técnica, mas também de inclusão social e econômica. A exclusão digital acentua desigualdades, limitando o acesso a oportunidades de trabalho, educação, e participação cidadã. Em uma sociedade cada vez mais informatizada, a ausência de familiaridade com o mundo digital pode impedir que indivíduos usufruam plenamente dos direitos e deveres que a tecnologia permite acessar. Por isso, é fundamental que políticas públicas e iniciativas educacionais sejam desenvolvidas para ampliar o acesso às tecnologias e capacitar os cidadãos a utilizá-las, promovendo uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Enquanto uma possível síntese deste capítulo, entende-se que um exemplo claro, facilmente observado em algumas famílias brasileiras é a situação de muitos idosos que enfrentam dificuldades para realizar tarefas básicas no dia a dia, como acessar serviços bancários, agendar consultas médicas ou solicitar benefícios governamentais. Com a digitalização desses serviços, sem o domínio das novas tecnologias (ações afirmativas), muitos acabam se sentindo dependentes de terceiros ou enfrentando grandes desafios para exercer atividades que antes eram simples, considerando que algumas dessas necessidades passaram a ser totalmente virtuais, sem que haja pontos de apoio presenciais para eventuais ajudas. Esse cenário evidencia como o analfabetismo digital vai além de uma questão de conhecimento técnico e se torna uma barreira para a autonomia e a cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo investigar a relação entre a evasão escolar, a inclusão digital e a formação de educadores no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), destacando os principais desafios enfrentados por essa modalidade de ensino. A partir da análise da literatura e da revisão das políticas públicas voltadas à EJA e à inclusão digital, foi possível perceber que a exclusão digital é um fator significativo para a evasão escolar, dificultando a permanência e o aprendizado dos estudantes. A pesquisa bibliográfica apontou que, embora o acesso à tecnologia seja essencial, a falta de infraestrutura, o desajuste nas políticas públicas e a insuficiente formação dos educadores para lidar com as ferramentas digitais são obstáculos que comprometem a efetividade da inclusão digital na EJA.

Ficou claro, ainda, que a inclusão digital não se resume apenas ao fornecimento de dispositivos tecnológicos, mas envolve a construção de um ambiente educacional que ofereça aos estudantes da EJA as ferramentas necessárias para o desenvolvimento de competências digitais, fundamentais para o mercado de trabalho e para o exercício pleno da cidadania. A capacitação dos educadores, portanto, emerge como um ponto-chave para a transformação do ensino na EJA, permitindo a adoção de estratégias pedagógicas mais dinâmicas e acessíveis. Nesse sentido, as políticas públicas devem garantir um maior investimento na formação contínua dos professores e na infraestrutura das escolas, além de promover um acesso mais equitativo à tecnologia, superando as desigualdades existentes.

O estudo também evidenciou a importância de refletir sobre as práticas pedagógicas adotadas na EJA, que precisam ser cada vez mais contextualizadas, flexíveis e adaptadas às necessidades dos estudantes, muitos dos quais enfrentam realidades adversas. Os capítulos deste trabalho foram fundamentais para responder às questões levantadas na introdução. No primeiro capítulo, ao abordar a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA), analisou como a exclusão digital se configura como um dos principais obstáculos para a permanência dos alunos no sistema educacional, destacando os impactos da falta de acesso e habilidades digitais no aprendizado. Já o segundo capítulo, ao tratar dos desafios na implementação da inclusão digital na EJA, aprofundou a discussão sobre as dificuldades enfrentadas pelas instituições de ensino, como a falta de infraestrutura tecnológica e a desigualdade no acesso às tecnologias.

Diante dos desafios apontados, é fundamental compreender como a exclusão digital contribui diretamente para a evasão escolar, especialmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), onde a falta de acesso e habilidades digitais agrava ainda mais as dificuldades enfrentadas pelos estudantes. A inclusão digital não se configura apenas como uma ferramenta complementar, mas como um elemento essencial para a permanência e o sucesso educacional, promovendo oportunidades de aprendizado mais equitativas.

Ademais, este estudo revelou que, embora já existam políticas públicas voltadas para a EJA e a inclusão digital, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados, o que abre espaço para novas pesquisas. Este trabalho ressalta a importância de uma abordagem integrada e colaborativa entre governo, instituições educacionais e sociedade civil para garantir que as iniciativas de inclusão digital na EJA sejam verdadeiramente eficazes. A pesquisa mostrou que, embora existam avanços nas políticas públicas voltadas à educação de jovens e adultos, ainda há desafios significativos a serem superados, como a escassez de recursos tecnológicos em algumas regiões e a resistência de parte dos educadores em adotar novas ferramentas digitais. Portanto, é imprescindível que as políticas públicas de educação para a EJA se baseiem em um compromisso contínuo com a inovação pedagógica, a melhoria da infraestrutura escolar e a equidade no acesso às tecnologias. Somente por meio de um esforço conjunto será possível promover uma educação mais inclusiva, que atenda às necessidades do público da EJA e contribua para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

- AMADO, J. A formação em investigação qualitativa: Notas para a construção de um programa. In: COSTA, A.P.; SOUZA, F.N.; SOUZA, D.N. (org). **Investigação Qualitativa: Inovação, Dilemas e Desafios**. 3.ed. Ludomedia: Lisboa, 2015. p. 39-68.
- BARROS, Aidil de Jesus Paes de, Neide Aparecida de Souza Lehfeld. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca. **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: Edufba, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/4859/1/repositorio-Inclusao%20digital-polemica-final.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.
- BORGES, Tâmara. **Quem são os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA): as condições históricas- sociais que produziram a baixa escolaridade de jovens e adultos no Brasil**. Goiânia, 2010. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/Quemsaosujeitosdaeducacaodejovenseadultos_0.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Portaria nº 343, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 10 nov. 2023.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Censo Escolar, 2023. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhliwidCI6IjI2ZjczODk3LWw4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 15 set. 2024.
- CARDOSO, Marcélia; PASSOS, Gisele. Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos e a formação docente. **Revista Educação Pública**. Fundação Cecierj, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/16/25/reflexes-sobre-a-educacao-de-jovens-e-adultos-e-a-formao-docenteb>. Acesso em: 28 out. 2024.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- COSTA, Elizabete; ÁLVARES, Sônia; BARRETO, Vera. **Trabalhando com a educação de jovens e adultos: alunas e alunos da EJA**. Brasília: Ministério da Educação, s.d. p. 1-55. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ejacaderno.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2024.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; 4). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B0pxrzVyC-DvNzQxYzAzMjQtNzA4ZC00NjA0LWFIYjYtY2EyOTY5ODc4YjI5/view?resourcekey=0-0LQ4Tz4PPGAIBI3XMPmsJw>. Acesso em: 10 set. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 37.ed.São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 108- 130, maio /jun./jul./ago. 2000. Disponível em: <<https://bit.ly/2K2MgIP>>. Acesso em: 2 set. 2024.

IZQUIERDO, Jesus; PAULO, Maria de Assunção Lima de. **Inclusão digital e desempenho escolar no contexto da pandemia: uma análise comparativa entre Brasil e Colômbia**. Civitas, v. 23, p. 1-11, jan.-dez. 2023. e-ISSN: 1984-7289, ISSN-L: 1519-6089. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/L87pZ5J9JJzKCqTK7PszjsS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 out. 2023.

JARDULI, Maurilio. **O papel essencial do professor na educação do século 21**. Sistema Galileu, 2024. Disponível em: <https://www.sistemagalileu.com.br/o-papel-essencial-do-professor-na-educacao-do-seculo-21/>. Acesso em: 28 out. 2024.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: O novo ritmo da informação**. Campinas: Editora Papyrus, 2003.

LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/420375872/Organizacao-e-Gestao-Da-Escola-Teoria-e-Pratica-Libaneo>. Acesso em: 22 out. 2023.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NETO, Joaquim Cardoso da Silveira; FEITOSA, Sérgio Oliveira; SANTOS, Valdinei Ferreira do; DANGUI, Patrícia Oliveira; MATOS, João Mateus dos Santos; CASTRO, Felipe Sousa. **Leituras críticas da educação à procura de outra consciência**. Belém: Editora Home, 2023.

ORTIZ, Renato. Taquigrafando o social. In: **Ciências Sociais e Trabalho Intelectual**. São Paulo: Olho d'Água, 2002.

PRETTO, Nelson De Luca; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. (orgs.) **Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder**. Salvador: EDUFBA, 2008. 232 p.

SALGADO, Edmée Nunes; BARBOSA, Paulo Corrêa. **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008. v. 1, 166 p. ISBN 85-7648-084-0.

SANTIAGO, Gabriel Simões; ROSA, Crislaine Pereira; SANTIAGO, Caroline Marinho. **A importância da inclusão digital na educação de jovens e adultos**.

WebArtigos, 2024. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-da-inclusao-digital-na-educacao-de-jovens-e-adultos/172399>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SANTOS, Leidiane Aparecida dos; CABRAL, Lidiane Helena Crispim; SOUZA, Ana Carmen Oliveira de; PINHEIRO, Edson José; SOUZA, Idarlene Rocha Balieiro de; SOUZA, Obadias José Santos de; ARAÚJO, João Evânio; GUIMARÃES, Ueudison Alves. **A inclusão tecnológica e o impacto social no âmbito educacional**. Ciências Humanas, Educação, v. 28, n. 139, 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-inclusao-tecnologica-e-o-impacto-social-no-ambito-educacional/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SILVA, Simone Pereira da; QUEIROZ, Adriana Matias; MONTEIRO, Vitória Barreto. **O papel dos professores da EJA: perspectivas e desafios**. In: Encontro de Iniciação á docência da UEPB, João Pessoa. Realize Editora, 2015. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enid/2015/TRABALHO_EV043_MD1_SA13_ID1700_30072015131818.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.

SILVA, Vinícius. **Educação de jovens e adultos (EJA): desafios e perspectivas para a inclusão digital humanizada**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, João Pessoa, 2024.

TERUYA, T. K. **Trabalho e educação na era midiática: um estudo sobre o mundo do trabalho na era da mídia e seus reflexos na educação**. Maringá, PR: Eduem, 2006.

TIC, Domicílios. **Coletiva de imprensa**. São Paulo: NIC.br, 2023. Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2023_coletiva_imprensa.pdf. Acesso em: 18 out. 2024.